

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº : 1.683/80 PROC.DRECAP-1-Nº 1327/80  
INTERESSADO : COLÉGIO "PADRE MOYE" / CAPITAL  
ASSUNTO : Matrícula na 1ª série do 1º Grau de candidato sem  
idade legal  
RELATOR : Cons. HONORATO DE LUCCA  
PARECER CEE Nº 1503/80 - CEPG - APROVADO EM 19/10/80.

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO:

A Direção do Colégio "Padre Moye", da Capital, solicita deste Conselho a convalidação da matrícula de MARCELO MESQUITA AMARAL na 1ª série do 1º Grau do Colégio "Padre Moye", da Capital, efetuada em 1978, contrariamente ao que preceitua a Deliberação-CEE nº 22/77.

Instruem o protocolado os seguintes documentos:

- 1 - requerimento;
- 2 - certidão de nascimento;
- 3 - fichas escolares;
- 4 - informação - D.E.-DRECAP-1.

2. APRECIÇÃO:

Trata-se de irregularidade de vida escolar, por inobservância da Deliberação CEE nº 22/77, publicada no D.O. de 30 de setembro de 1977, que assim dispõe:

"Artigo 2º - Excepcionalmente poderão ser matriculados alunos sem a idade fixada no artigo 1º desde que os interessados tenham recebido autorização do Conselho Estadual de Educação, mediante requerimento, acompanhado de apreciação favorável assinada por especialista ou educador de comprovada competência.

Parágrafo único - Todos os pedidos de autorização de que trata este artigo deverão ser encaminhados diretamente ao Conselho Estadual de Educação, protocolados no mínimo sessenta dias antes da data prevista para o início do ano letivo, sob pena de decadência de direito".

A solicitação em apreço não foi encaminhada a este Conselho no prazo fixado pela citada Deliberação, descumprando-se, portanto, o disposto no artigo 2º.

Este Conselho já firmou orientação para casos desta natureza através do Parecer CEE nº 330/79, que deve, portanto, ser aplicada neste caso quando diz:

"É nula, portanto, a matrícula do aluno efetivada com descumprimento da Deliberação CEE nº 22/77.

Considerando, no entanto, o princípio de aproveitamento de estudos, deve a Secretaria de Estado da Educação, através dos órgãos, competentes, proceder à avaliação da escolaridade do aluno. Se desse processo se concluir que o aluno esta em condições de cursar a 2ª série, fica autorizada sua matrícula nessa serie, caso contrario, deverá retornar à 1ª série em 1979".

O aluno em questão em 1980 esta cursando a 3ª série irregularmente.

## II - CONCLUSÃO

À vista do exposto, votamos no sentido de considerar nula a matrícula do aluno MARCELO MESQUITA AMARAL, efetuada em 1978, na 1ª série do Colégio "Padre Moye", da Capital.

Fica a Secretaria de Estado da Educação autorizada a proceder à avaliação da escolaridade do aluno a fim de determinar em que serie deverá ser matriculado.

Relatório circunstanciado desse processo de avaliação deve ser encaminhado a este Conselho, indicando em que série foi autorizada a matrícula em 1980.

Advirta-se a escola que efetuou a matricula do aluno na 1ª série, pela inobservância do disposto no artigo 2º da Deliberação CEE nº 22/77.

São Paulo, 27 de setembro de 1980

a) Cons. HONORATO DE LUCCA

Relator

## III - DECISIVA DA CÂMARA

A CÂMARA. DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros; Gérson Munhoz dos Santos, Jair de Moraes Neves, João Baptista Salles da Silva, Joaquim Pedro Vilaça de Souza Campos, Roberto Moreira e Honorato de Lucca.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1980

a) Cons. JAIR DE MORAES NEVES - Presidente